

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELEN MAYUMI YAMANE DIESEL

O ACORDO DE PARIS SOB A ÓTICA DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO
MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (*TWAIL*)

CURITIBA

2020

HELEN MAYUMI YAMANE DIESEL

O ACORDO DE PARIS SOB A ÓTICA DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO
MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (*TWAIL*)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como
parte das exigências para obtenção do título de
Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Larissa Liz Odreski Ramina.

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

O ACORDO DE PARIS SOB A ÓTICA DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL
(TWAIL)

HELEN MAYUMI YAMANE DIESEL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação
no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas
da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



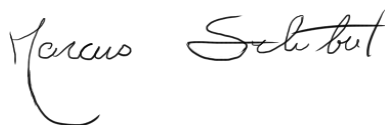
LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Orientadora



RUI CARLO DISSENHA

1º Membro



MARCUS VINICIUS PORCARO NUNES SCHUBERT

2º Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora Aparecida por me acompanharem em todo este percurso.
Ao meu pai e ao meu namorado por terem sempre me apoiado. Às minhas amigas por terem acreditado em mim e me dado forças.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do Acordo de Paris a partir de uma perspectiva terceiro-mundista. O Acordo foi aprovado na ocasião da Vigésima Primeira Conferência das Partes (COP-21). A COP é o órgão supremo de acompanhamento da implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aprovada em 1992, na Cúpula da Terra. No Acordo de Paris, os países reconheceram a necessidade de empregar esforços para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. O Acordo assim foi denominado para facilitar seu processo de aprovação por parte dos Estados Unidos da América. O teor de suas normas segue o caráter tradicional da maior parte das normas de Direito Internacional do Meio Ambiente: a *soft law*. Entretanto, sua abordagem *bottom-up* inovou ao permitir que os próprios países estabeleçam unilateralmente seus compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa (as Contribuições Nacionalmente Determinadas). Todavia, o Acordo é criticável sob a ótica das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional (*TWAIL*) – uma escola de pensamento que se baseia em teorias pós-coloniais para analisar o modo como o Direito Internacional perpetua relações de subordinação. Conclui-se que o Acordo apresenta uma noção falha de justiça climática e uma vaga determinação do dever de aporte de recursos financeiros por parte dos países desenvolvidos. Ainda, além de permitir que os países terceirizem completamente seus esforços de redução das emissões, o Acordo implementa um mecanismo não punitivo de acompanhamento de seu cumprimento e não fixa uma taxa sobre as emissões de dióxido de carbono como penalização às indústrias de combustíveis fósseis.

Palavras-chave: Direito Internacional do Meio Ambiente; Acordo de Paris; *soft law*; Terceiro Mundo.

RÉSUMÉ

Cet article présente une analyse de l'Accord de Paris dans une perspective du Tiers Monde. L'accord a été approuvé à l'occasion de la 21^e Conférence des Parties (COP-21). La COP est l'organe suprême de surveillance de la mise en œuvre de la Convention-Cadre des Nations Unies sur les changements climatiques, approuvée en 1992 lors du Sommet de la Terre. Dans l'accord de Paris, les pays ont reconnu la nécessité de déployer des efforts pour limiter l'augmentation de la température mondiale moyenne à 1,5°C par rapport aux niveaux préindustriels. L'accord a été nommé ainsi pour faciliter son processus d'approbation par les États-Unis d'Amérique. Le contenu de ses règles suit le caractère traditionnel de la plupart des règles du Droit International de l'environnement : la *soft law*. Toutefois, son approche *bottom-up* a innové en permettant aux pays eux-mêmes d'établir unilatéralement leurs engagements de réduction des émissions de gaz à effet de serre (les Contributions Nationales). Cependant, l'accord est critiquable du point de vue des Approches Tiers-mondistes du Droit International (*TWAIL*) - une école de pensée qui s'inspire des théories post-coloniales pour analyser comment le Droit International perpétue les relations de subordination. Il conclut que l'accord présente une notion imparfaite de justice climatique et une vague détermination du devoir des pays développés de fournir des ressources financières. En outre, en plus de permettre aux pays d'externaliser entièrement leurs efforts de réduction des émissions, l'accord met en œuvre un mécanisme non punitif de contrôle de la conformité et ne fixe pas de taxe sur les émissions de dioxyde de carbone comme pénalité pour les industries des combustibles fossiles.

Mots-clés: Droit International de l'environnement; Accord de Paris; *soft law*; Tiers Monde.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE (DIMA).....	8
2.1 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO - 1972	9
2.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1992	11
2.2.1 Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	12
2.2.2 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	13
2.3 TERCEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES. PROTOCOLO DE QUIOTO - 1997	15
2.4 VIGÉSIMA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES - 2015	18
3. O ACORDO DE PARIS.....	18
3.1 NATUREZA JURÍDICA.....	19
3.2 <i>SOFT LAW</i> E ABORDAGEM “ <i>BOTTOM-UP</i> ”	20
3.3 CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDC)	22
4. CRÍTICAS A PARTIR DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (TWAIL).....	24
4.1 O ACORDO DE PARIS A PARTIR DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (<i>TWAIL</i>)	28
5. CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a comunidade internacional tem voltado especial atenção ao fenômeno do Aquecimento Global, que opera dentro da lógica das mudanças climáticas e é agravado pelas emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE)¹.

Segundo estudos², se as populações mantiverem os níveis atuais de emissão de GEE, dentro de 20 anos alcançaremos o limite de concentração destes gases na atmosfera, a partir do qual o sistema climático sofreria perigosas alterações. Assim, é necessário que as nações se organizem para concretizar o processo de redução das emissões, até efetivamente chegar a níveis próximos a zero, ou seja, um cenário onde não existam mais emissões antropogênicas de GEE³.

Neste caminho, um importante passo foi a aprovação do Acordo de Paris, em 2015, que expressamente reconheceu a necessidade de empregar esforços para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Dada a importância o tema, o presente trabalho visa a analisar primeiramente o histórico da proteção ambiental em nível internacional, para então examinar a elaboração do Acordo de Paris no que tange a sua natureza jurídica; sua força normativa de *soft law*; a abordagem “*bottom-up*” e o estabelecimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Ao final, partindo da ótica das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional, será possível tecer críticas ao modo como os eventos históricos analisados perpetuaram uma lógica colonialista, incluindo o próprio Acordo de Paris.

2. O DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE (DIMA)

¹ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 12.

² LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 12.

³ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro, loc. cit.

Inicialmente, é possível afirmar que a conservação dos ecossistemas começou a ser alvo de intensos debates no âmbito do Direito Internacional apenas na segunda metade do século XX⁴.

Desde então, foram inúmeros os acordos, convenções, protocolos, cartas, declarações, tratados, etc. firmados em âmbito internacional, com efeitos também no plano interno de cada país. Assim, o histórico apresentado neste trabalho não visa exaurir o estudo do Direito Internacional do Meio Ambiente. O que se buscou foi analisar apenas alguns dos principais eventos que contribuíram para que os países, em 2015, firmassem o Acordo de Paris.

2.1 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO - 1972

Em junho de 1972, representantes de 113 países se reuniram na cidade de Estocolmo, na Suécia, para discutir a questão da proteção ao meio ambiente, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano⁵. Como resultado, foi adotada a Declaração de Estocolmo (Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), reconhecendo que a questão ambiental transcende fronteiras nacionais⁶.

Nesta ocasião, foram estabelecidos alguns ideais que nortearam o desenvolvimento das normas internacionais ambientais nas décadas subsequentes, ideais estes que estão dispostos tanto nos sete pontos do preâmbulo da Declaração quanto em seus vinte e seis princípios.

Em primeiro lugar, no Princípio 8 da Declaração é salientada a importância do desenvolvimento econômico e social. Inclusive, de acordo com o Princípio 11, os Estados devem adotar políticas ambientais voltadas a aumentar o potencial de crescimento dos países em desenvolvimento, com vistas a obter melhores condições de vida.

⁴ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 11.

⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, Jacarezinho, n. 9, p. 159-186, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/117/117>>. Acesso em: 23 nov. 2020. p. 167.

⁶ HASSAN, Parvez. Role of the South in the Development of International Environmental Law. Chinese Journal of Environmental Law 1, Leida, v. 1, p. 133-157, 2017, p. 141.

No mesmo sentido, a falta de desenvolvimento é apontada pela Declaração, no quarto ponto de seu preâmbulo, como uma das principais origens da maior parte dos problemas ambientais existentes nos países em desenvolvimento. É por isso que se determinou que tais países devem dirigir seus esforços para alcançar o desenvolvimento, enquanto países industrializados devem atuar no sentido de minimizar a distância que os separa daqueles.

Um exemplo dessa atuação é o previsto no Princípio 12, que reconhece a necessidade de conceder assistência técnica e financeira internacional para apoiar medidas de conservação ambiental em países em desenvolvimento. Assim, a Declaração reconheceu claramente a existência de uma dicotomia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a qual seria originadora de diferentes obrigações no campo ambiental, conforme exposto⁷.

Outro tópico que merece destaque é o Princípio 21 da Declaração, que reconhece como direito soberano dos Estados a exploração de seus próprios recursos, reconhecendo também como obrigação destes garantir que as atividades dentro de suas jurisdições não prejudiquem o ambiente localizado fora destes limites.

Um exemplo de como estes Princípios estabelecidos na Declaração de Estocolmo influenciaram também o Direito Interno dos Estados é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁸. Isto porque o artigo 225 da Constituição abarcou a ideia de ser o meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito de todos e de todas, sendo essencial à qualidade de vida e, portanto, de fundamental preservação para as presentes e futuras gerações.

Ou seja, o meio ambiente como direito fundamental na ordem interna do Brasil foi consequência de seu anterior reconhecimento como direito humano logo no Princípio 1 da Declaração de Estocolmo⁹.

⁷ HASSAN, Parvez. Role of the South in the Development of International Environmental Law. Chinese Journal of Environmental Law 1, Leida, v. 1, p. 133-157, 2017, p. 144.

⁸ PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18/17>>. Acesso em: 22 nov. 2020, p. 20.

⁹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, Jacarezinho, n. 9, p. 159-186, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/117/117>>. Acesso em: 23 nov. 2020. p. 168.

De fato, a Conferência foi um marco a partir do qual a questão ambiental passou a figurar na pauta da agenda política dos Estados, guiada pela ideia de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações¹⁰.

Entretanto, em que pese a Declaração de Estocolmo ser considerada como fundadora do moderno Direito Internacional Ambiental, críticas não lhe faltaram no sentido de que os Estados não estavam preparados para acatar a elaboração de um instrumento verdadeiramente vinculante¹¹.

Isto repercutiu no caráter de suas disposições, as quais refletem muito mais uma obrigação política e moral do que uma obrigação legal que imponha deveres específicos aos países. Por isso, seu caráter pode ser enquadrado no âmbito da *soft law* (direito flexível), no qual as normas não detêm força jurídica vinculante, havendo apenas sanções extrajurídicas e morais no caso de sua inobservância¹².

Com efeito, os princípios trazidos pela Declaração se desenvolveram de forma mais concreta e detalhada com a celebração de tratados, acordos e convenções posteriores¹³.

2.2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1992

Diante da necessidade de não só reafirmar como também atualizar os ideais consagrados na Conferência de Estocolmo, vinte anos após sua realização, 172 países se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, em um evento oficialmente denominado como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

¹⁰ PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18/17>>. Acesso em: 22 nov. 2020, p. 15.

¹¹ PALLEMAERTS, Marc. International Environmental Law from Stockholm to Rio: Back to the Future?. Review of European, Comparative & International Environmental Law, Londres, v.1, n. 3, p. 254-266, 1992. HeinOnline, p. 255.

¹² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, Jacarezinho, n. 9, p. 159-186, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/117/117>>. Acesso em: 23 nov. 2020. p. 168.

¹³ PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de, op. cit., p. 14.

Desenvolvimento, que ficou conhecido também como Cúpula da Terra, Eco-92, ou Rio-92¹⁴.

Como se percebe, a quantidade de Estados presentes nessa ocasião foi consideravelmente maior do que aquela presente em Estocolmo e, inclusive, a participação do setor não governamental foi fortalecida¹⁵.

A questão do Aquecimento Global foi objeto de intenso debate na Conferência. Diante da urgência de ações que minimizem este fenômeno, diversos foram os documentos resultantes da Conferência¹⁶, sendo que, para o presente trabalho, destacam-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

2.2.1 Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Declaração estabelece 27 princípios, dentre os quais permeiam tanto ideias já estabelecidas na Declaração de Estocolmo quanto ideias novas que foram fruto de um aprimoramento nos debates entre as nações.

Logo em seu Princípio 1, a Declaração reforça a visão antropocêntrica segundo a qual o centro das preocupações ligadas ao desenvolvimento sustentável são os seres humanos.

Ainda, é importante destacar o Princípio 6, que determina que se destine prioridade para a situação e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente aqueles ambientalmente mais vulneráveis. No mesmo raciocínio, o Princípio 23 consagra a necessidade de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais dos povos que se encontram submetidos à opressão, dominação e ocupação.

Para o presente estudo, o princípio que merece destaque é o Princípio 7 que, após indicar a necessária cooperação entre os Estados para proteger a integridade do ecossistema da Terra, determina:

¹⁴ JAQUES, Marcelo Dias. A Tutela Internacional do Meio Ambiente: Um Contexto Histórico. *Veredas do Direito*, v. 11, n. 22, p. 299-316, jul./dez. 2014, HeinOnline, p. 309.

¹⁵ HASSAN, Parvez. Role of the South in the Development of International Environmental Law. *Chinese Journal of Environmental Law* 1, Leida, v. 1, p. 133-157, 2017, p. 146.

¹⁶ JAQUES, Marcelo Dias, loc. cit.

Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm **responsabilidades comuns, porém diferenciadas**. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam.¹⁷ (grifado)

Este princípio das Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas irá permear todo o posterior debate no âmbito internacional, até os dias atuais.

Autores do Terceiro Mundo reconhecem que a Declaração do Rio foi além daquilo antes estabelecido em Estocolmo, por indicar uma necessidade de ação afirmativa em relação aos países em desenvolvimento¹⁸.

Todavia, ainda assim pode-se dizer que a Conferência atingiu um resultado longe da ambição inicial de transformar o caráter do documento como suficientemente dotado de autoridade política e moral ao nível da autoridade alcançada, por exemplo, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁹.

2.2.2 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC²⁰)

Outro resultado da Eco-92 foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, um tratado que entrou em vigor internacional em 21 de março de 1994 e atualmente é ratificado por 195 países²¹. No Brasil, a Convenção foi aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 3 de fevereiro de 1994 e foi promulgada por meio do Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998²².

¹⁷ Tradução da Rio Declaration, United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brasil, jun. 1992. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/municipios/itajai/gerco/volume-v>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

¹⁸ HASSAN, Parvez. Role of the South in the Development of International Environmental Law. Chinese Journal of Environmental Law 1, Leida, v. 1, p. 133-157, 2017, p. 147.

¹⁹ PALLEMAERTS, Marc. International Environmental Law from Stockholm to Rio: Back to the Future?. Review of European, Comparative & International Environmental Law, Londres, v.1, n. 3, p. 254-266, 1992. HeinOnline, p. 256.

²⁰ Em inglês: United Nations Framework Convention on Climate Change.

²¹ DURANTE, Janaína Z. M. O debate e a aplicação da Convenção-Quadro da ONU na questão da "mudança climática global". 29 f. Trabalho de Graduação - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2015, p. 14.

²² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, Jacarezinho, n. 9, p. 159-186, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/117/117>>. Acesso em: 23 nov. 2020. p. 165.

Logo em seu preâmbulo, a Convenção destaca que é necessário lembrar que a maior parte das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) é advinda de países desenvolvidos, sendo que países em desenvolvimento ainda possuíam, à época, um baixo índice de emissão, o qual poderia até ser incrementado se necessário para atender a necessidade de desenvolvimento.

Diante da existência dessas duas realidades distintas, a Convenção reconhece aos países desenvolvidos a necessidade de adotarem medidas definidas frente à emissão de GEE, enquanto reconhece as dificuldades dos países em desenvolvimento para tanto, tendo em vista que suas economias são particularmente dependentes da produção, utilização e exportação de combustíveis fósseis.

Quanto às disposições expressas em seus 26 artigos, a Convenção primeiramente elenca como seu objetivo final alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático.

Para alcançar este objetivo, a Convenção determina que as Partes devem orientar-se por Princípios como o da Equidade e das Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas. Em razão disso, determina que países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança climática.

Levando em conta estes princípios, todas as partes devem transmitir ao órgão supremo da Convenção informações relativas à sua implementação. Neste sentido, para além de encaminhar uma descrição geral das medidas adotadas, devem elaborar um inventário nacional de emissões antrópicas e de remoções de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (1987).

Entretanto, ressalta-se que tais compromissos são obrigações mínimas e de caráter genérico, sem precisar as ações concretas que devem ser efetivadas²³.

Os países desenvolvidos, listados no Anexo I da Convenção, se comprometeram a apresentar a comunicação inicial sobre as medidas adotadas nos seis primeiros meses da entrada em vigor da Convenção para a Parte. Enquanto isso, os outros países não incluídos no Anexo I se comprometeram a apresentá-la dentro dos três primeiros meses da entrada em vigor ou, então, a partir da disponibilidade de

²³ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 13.

recursos financeiros. Já aos países de menor desenvolvimento foi permitido apresentar a comunicação quando desejarem. A periodicidade das comunicações subsequentes das Partes seria determinada posteriormente.

O órgão supremo da Convenção, referido anteriormente como o responsável pelo exame de sua implementação, foi estabelecido sob a denominação Conferência das Partes. Conhecido pela sigla COP, ele também é o responsável por analisar os efeitos e o grau de avanço das medidas adotadas pelas Partes, a ele sendo permitido adotar Protocolos no âmbito da Convenção, como efetivamente ocorreu.

2.3 TERCEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES. PROTOCOLO DE QUIOTO - 1997

A Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conhecida pela abreviatura COP-3, ocorreu em 1997 na cidade de Quioto, no Japão, e contou com a presença de representantes de 159 países²⁴.

Nesta oportunidade, os países decidiram em consenso pela adoção de um dos maiores legados da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima: o Protocolo de Quioto, que conta com 192 signatários²⁵.

O Protocolo foi assinado logo em 1997, mas só entrou em vigor noventa dias após a data em que a Rússia depositou seu instrumento de ratificação, ou seja, em fevereiro de 2005²⁶, uma vez que sua vigência estava condicionada a ratificação por pelo menos 55 Partes da Convenção que somassem, ao todo, no mínimo 55% das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 (Artigo 25 do Protocolo).

Inicialmente, o Protocolo determina que os países desenvolvidos descritos no Anexo I devem, de forma individual ou conjunta, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas. Ou seja, os países estabeleceram compromissos

²⁴ MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida. Sociedade Contemporânea e o Protocolo de Quioto: o Mundo em prol do Meio Ambiente. *Connexio Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios da Universidade Potiguar*, Natal, ano II, n. 2, p. 41-63, fev./jul. 2013, p. 47.

²⁵ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. *El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París*. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 15.

²⁶ MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida, op. cit., p. 48.

quantificados de limitação e redução de emissões, que estão descritos no Anexo B (Artigo 3 do Protocolo).

Desta forma, o objetivo é a redução das emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990, sendo o período de compromisso de 2008 a 2012. Ademais, o Protocolo determina que cada Parte incluída no Anexo I deve, até o ano de 2005, ter realizado um progresso comprovado para alcançar os compromissos assumidos no âmbito do tratado²⁷.

Uma das grandes novidades do Protocolo é a previsão de três Mecanismos de Flexibilização dos compromissos assumidos por cada Parte. Isto é, os países podem cooperar entre si visando alcançar o objetivo comum redução de emissões de GEE²⁸. Para tanto, podem se utilizar dos mecanismos de Implementação Conjunta (IC); Comércio de Emissões (CE) ou do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O primeiro diz respeito à negociação conjunta entre países do Anexo I para cumprir os compromissos de redução das emissões. Neste caso, o Artigo 4 do Protocolo dispõe que estes apenas serão considerados como cumpridos nos casos em que o total combinado das emissões antrópicas agregadas dos países não exceder suas quantidades atribuídas.

Este mecanismo de Implementação Conjunta está descrito com maiores detalhes no Artigo 6 do Protocolo, segundo o qual as Partes do Anexo I podem transferir para ou adquirir de qualquer outra dessas Partes unidades de redução de emissões. Tais unidades são resultantes de projetos que visem ou a redução das emissões antrópicas ou o aumento das remoções antrópicas de GEE²⁹. O Protocolo faz a importante ressalva de que a aquisição de unidades de redução de emissões seja suplementar às ações no âmbito interno de cada país.

Quanto ao mecanismo de Comércio de Emissões, o Artigo 17 dispõe que as Partes incluídas no Anexo B podem comercializar parcela da redução de suas emissões, nos casos em que esta redução tenha superado a meta fixada no

²⁷BRASIL. Senado Federal. Protocolo de Quioto e legislação correlata. Coleção ambiental, Brasília, v. 3, 84 p., 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70328/693406.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 29 nov. 2020, p. 17.

²⁸ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 20.

²⁹ BRASIL, op. cit., p. 23.

Protocolo³⁰ e com a mesma ressalva de que isso ocorre em caráter suplementar às ações internas que devem ser adotadas.

Por fim, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Artigo 12, é o único que possibilita a interação entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos listados no Anexo I. Em suma, os primeiros implementam internamente projetos sustentáveis nos quais a tecnologia adotada reduz a emissão de gases a proporções menores do que aquelas que seriam geradas tradicionalmente³¹. Com isso, tais países conseguem obter uma “Redução Certificada de Emissões” (RCE), gerando créditos de carbono que podem ser comercializados internacionalmente e adquiridos pelos países do Anexo I³².

Desta forma, esses países desenvolvidos conseguem recorrer ao mercado internacional de Carbono para alcançar o cumprimento de suas metas individuais de redução das emissões de GEE, enquanto os países em desenvolvimento são incentivados a concretizar internamente um modelo de desenvolvimento sustentável³³.

Pode-se dizer que este mecanismo é a materialização do Princípio das Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas, uma vez que todos os países possuem a responsabilidade de promover o desenvolvimento sustentável, mas aos países desenvolvidos são fixadas metas previamente quantificadas de redução das emissões e aos países em desenvolvimento é possibilitada a comercialização de suas reduções³⁴.

Entretanto, ainda assim sobrevieram algumas críticas a esse mecanismo, pois o procedimento para obter a RCE era visto como burocrático e o custo para sua validação era elevado, além de que o período de compromisso do Protocolo era entre 2008 e 2012, ou seja, a garantia de retorno dos investimentos à época era incerta³⁵.

³⁰ MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida. Sociedade Contemporânea e o Protocolo de Quioto: o Mundo em prol do Meio Ambiente. *Connexio Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios da Universidade Potiguar*, Natal, ano II, n. 2, p. 41-63, fev./jul. 2013, p. 50.

³¹ HOPPE, Letícia. *et al.* Desenvolvimento sustentável e o Protocolo de Quioto: uma abordagem histórica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 107-136, jun. 2011, p. 125.

³² AUGUSTYNCZIK, Paula Sartorato Pedrotti. Comercialização Internacional de Créditos de Carbono - Regulamentos e Problemáticas. 47 f. Trabalho de Pós-Graduação - Curso de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, p. 18.

³³ *Ibidem*, p. 18.

³⁴ MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida, *op. cit.*, p. 51.

³⁵ MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida, *loc. cit.*

Terminado este período de compromisso, os países se reuniram na Décima Oitava Conferência das Partes (COP-18), que ocorreu em 2012 na cidade de Doha, no Qatar, para prorrogar a vigência do Protocolo de Quioto em um segundo período, compreendido entre 2013 e 2020. Todavia, a Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto não obteve a quantidade de ratificações mínima para sua entrada em vigor³⁶. Apesar disso, a COP-18 foi uma oportunidade para que os países refletissem sobre a necessidade de avançar em acordos que estabeleçam reduções nas emissões de GEE³⁷, o que veio a ocorrer nos três anos posteriores.

2.4 VIGÉSIMA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES - 2015

Entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, ocorreu na França, em Paris, a Vigésima Primeira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21)³⁸, contando com a presença de representantes de 195 países. Nesta ocasião, os países aprovaram o Acordo de Paris, em 12 de dezembro de 2015³⁹, objeto central do presente estudo.

3. O ACORDO DE PARIS

O Acordo entrou em vigor em 04 de novembro de 2016, após ser ratificado por 55 países responsáveis por, no mínimo, 55% das emissões globais de GEE⁴⁰. No Brasil, foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 140, de 16 de agosto de 2016 e foi promulgado por meio do Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017⁴¹.

³⁶ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017, p. 31.

³⁷ GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes, loc. cit.

³⁸ GELLES, Jan-David. Notas críticas respecto del acuerdo de París sobre el cambio climático. Revista de Ciencia Política y Gobierno, Lima, p. 143-155, 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/cienciapolitica/article/view/15692/16128>>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 145.

³⁹ ESCUDERO, César Nava. El Acuerdo de París: Predominio del Soft Law en el Régimen Climático. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Cidade do México, n. 147, p. 99-135, set./dez. 2016, p. 100.

⁴⁰ KÄSSMAYER, K.; FRAXE NETO, H. J. A Entrada em Vigor do Acordo de Paris: o que muda para o Brasil? Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Brasília, nov. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td215/view>>. Acesso em 30 de novembro de 2020, p. 8.

⁴¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Traz em seu preâmbulo ideias inovadoras que são fruto de reivindicações por parte da sociedade civil, como a ideia de justiça climática e de necessário respeito aos direitos humanos quando da tomada de ações face à mudança climática⁴².

O Acordo possui um triplo objetivo, consignado em seu Artigo 2, segundo o qual é necessário fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima. Para isso, as Partes devem (i) manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e empregar esforços para limitar esse aumento a 1,5°C; (ii) aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança climática, promovendo um desenvolvimento de baixa emissão de GEE de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e (iii) compatibilizar os fluxos financeiros com uma trajetória rumo a um desenvolvimento sustentável⁴³.

Como se percebe, o Acordo não mais estabelece níveis quantificados de redução de GEE, o que foi resultado da pressão por parte de países líderes da produção de petróleo, como a Arábia Saudita⁴⁴.

3.1 NATUREZA JURÍDICA

Não há dúvidas de que sua natureza jurídica seja de tratado internacional, tendo em vista diversas de suas características, como os meios de manifestação de vontade das Partes (ratificação, aceitação ou aprovação); os requisitos para sua entrada em vigor; a possibilidade de emendas ao tratado; a proibição de formular reservas, etc.⁴⁵.

Ocorre que existem motivos políticos que justificam a nomenclatura que se utilizou para referir-se a ele, como um “acordo” - em que pese não exista impedimento formal no Direito Internacional para que um tratado assim seja designado. O principal motivo foi o fato de que o direito constitucional dos Estados Unidos da América

⁴² RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 410.

⁴³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

⁴⁴ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 8.

⁴⁵ RODRIGO, Ángel J, op. cit., p. 412.

determina que "tratados" devem ser aprovados por 2/3 do Senado, sendo que o Senado estadunidense, à época da elaboração do Acordo, era dominado pelos republicanos, contrários a ele⁴⁶.

Assim, uma forma pela qual seria possível que o documento fosse assinado apenas pela presidência seria qualificá-lo como *presidential-executive-agreement* - e assim o foi⁴⁷. Ou seja, a forma jurídica do Acordo foi estabelecida, ao fim, pela pressão de países desenvolvidos.

Essa técnica teve consequências futuras que acabaram por arruinar o próprio esforço desta manobra, uma vez que, em 04 de novembro de 2020, o então Presidente Donald Trump conseguiu proceder de maneira simplificada a retirada formal do país do Acordo⁴⁸.

3.2 *SOFT LAW* E ABORDAGEM “*BOTTOM-UP*”

De uma forma geral, como já mencionado no presente trabalho, normas de *soft law* são aquelas que carecem de obrigatoriedade, em contraposição às normas de *hard law*. Em matéria de Direito Internacional do Meio Ambiente, a adoção de acordos que, em que pese sejam vinculantes, contenham um elevado número de normas que carecem de obrigatoriedade é uma prática comum, presente também no Acordo de Paris⁴⁹.

Em realidade, alguns autores defendem que as disposições do Acordo possuem diferentes graus de normatividade entre si, mesmo que se configure, ao todo, como um tratado internacional. Existem normas que efetivamente são obrigações jurídicas e outras que, por sua vez, possuem o caráter de recomendação ou, até mesmo, de uma expectativa de ação. Isso se percebe, por exemplo, no

⁴⁶ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 7.

⁴⁷ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 413.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/estados-unidos-se-retiram-formalmente-do-acordo-de-paris/a-55499307>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

⁴⁹ ESCUDERO, César Nava. El Acuerdo de París: Predominio del Soft Law en el Régimen Climático. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Cidade do México, n. 147, p. 99-135, set./dez. 2016, p. 101.

emprego de diferentes palavras na descrição das ações a serem empregadas pelas Partes. Ora o Acordo se refere ao fato de que os países “deverão” realizar determinados atos, ora dispõe que “deveriam” fazê-lo e, portanto, em um nível menor de obrigatoriedade⁵⁰.

Tais verbos como “deveriam”, “poderão”, “são convidados a” geralmente estão presentes em acordos de *soft law*, o que também ocorre com frases como “na medida do possível” e “a luz das circunstâncias nacionais”⁵¹. Trata-se de estratégias linguísticas que servem para dar flexibilidade ao cumprimento das normas.

Esta flexibilidade, de um lado, possibilita que países com interesses diversos consigam adotar uma obrigação ambiental comum. Ou seja, quanto mais genérica for redigida a norma, mais facilmente será acatada e cumprida pelos países. Por outro lado, esta técnica mascara a falta de um efetivo comprometimento por parte dos Estados em tentar encontrar, em conjunto, respostas mais concretas à problemática ambiental⁵².

Com efeito, o Acordo de Paris emprega expressões de caráter indefinido como, por exemplo, “na medida do possível”, “progressão ao longo do tempo”, “cooperar de maneira voluntária”, que revelam a manutenção do padrão empregado em tratados dessa natureza⁵³.

Necessário fazer a ressalva de que alguns autores consideram como uma tarefa difícil encaixar as variadas disposições do Acordo de Paris nestas tradicionais categorias de *hard law* e *soft law*⁵⁴. Ademais, há quem defenda que o caráter vinculativo das normas estabelecidas no acordo consegue ser garantido pela transparência exigida aos países em seus informes regulares⁵⁵.

Nada obstante, a adoção da *soft law* no âmbito dos tratados sobre mudanças climáticas não pode ser classificada simplesmente como correta ou incorreta, uma vez

⁵⁰ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 416.

⁵¹ ESCUDERO, César Nava, op. cit., p. 112.

⁵² Ibidem, p. 117.

⁵³ Ibidem, p. 127.

⁵⁴ RODRIGO, Ángel J, op. cit., p. 429.

⁵⁵ PETIT, Yves. Rapport introductif: La lutte contre le réchauffement climatique après l'Accord de Paris: quelles perspectives?. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19645>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 10.

que, seja *hard law* ou *soft law*, é o engajamento por parte dos Estados que definirá o cumprimento das normas⁵⁶.

Para além dessa questão do teor vinculativo das normas previstas pelo Acordo, há a discussão sobre estas terem inovado ao prever uma abordagem “*bottom-up*” dos compromissos assumidos pelos países. Isto é, cada um destes estabelece sua própria meta, que são comunicadas aos órgãos superiores do tratado para acompanhamento de seu cumprimento⁵⁷.

Abordagem diversa era dada pelo Protocolo de Quioto, o qual previa normas determinadas superiormente através da Conferência das Partes que irradiavam posteriormente para cada um dos países signatários⁵⁸. Este viés *top-down* é o que predomina na maior parte dos tratados.

O maior exemplo do novo enfoque *bottom-up* dado pelo Acordo de Paris são as Contribuições Nacionalmente Determinadas, as quais, ao mesmo tempo que são obrigatórias a todas as partes, possibilitam que seu conteúdo possa ser estabelecido discricionariamente por cada país⁵⁹.

3.3 CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDC⁶⁰)

O Artigo 3º do Acordo de Paris estabelece o mecanismo de Contribuições Nacionalmente Determinadas, definindo que todas as Partes deverão realizar e comunicar esforços ambiciosos planejados para o combate à mudança climática, sendo que esses esforços representarão uma progressão ao longo do tempo.

A previsão das NDC foi resultado de discussões propostas no âmbito da COP-15 (Acordo de Copenhague) e, principalmente, da COP-19 (Conferência de Varsóvia)

⁵⁶ ESCUDERO, César Nava. El Acuerdo de París: Predominio del Soft Law en el Régimen Climático. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Cidade do México, n. 147, p. 99-135, set./dez. 2016, p. 131.

⁵⁷ BALDUINO, Maria Clara de Jesus Maniçoba. O Acordo de Paris e a Mudança Paradigmática de Aplicação do Princípio da Responsabilidade Comum, porém Diferenciada. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, Natal, v. 13, n.1, p. 172-188, jan./jul. 2020, p. 183.

⁵⁸ BALDUINO, Maria Clara de Jesus Maniçoba, loc. cit.

⁵⁹ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 415.

⁶⁰ Em inglês: Nationally Determined Contributions.

que apontaram pela necessidade do estabelecimento de metas de redução de emissões determinadas a nível nacional⁶¹.

Através das NDC, redistribui-se a carga dos esforços de redução das emissões não mais entre dois grupos - países desenvolvidos e países em desenvolvimento - mas sim para todas as Partes (no caso dos países menos avançados e países insulares em desenvolvimento, apenas voluntariamente)⁶². Assim, a abordagem geopolítica trazida pelo Acordo de Paris é, diante da exigência de ações também por parte de países em desenvolvimento, diversa da abordagem dada anteriormente pelo Protocolo de Quioto⁶³.

Já se encontrava ultrapassada a ideia de aplicar o Princípio das Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas de uma forma binária, isto é, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Isto faria com que atualmente se defendesse, por exemplo, que a China não teria obrigações de redução das emissões de GEE. Assim, foi necessária uma releitura do princípio, para que levasse em conta também as diferentes circunstâncias e capacidades nacionais⁶⁴, conforme o Artigo 2.2 do Acordo.

Quanto ao caráter das NDC, pode-se dizer que possuem um teor híbrido pois constituem-se como uma obrigação de comportamento formalmente multilateral, mas de determinação unilateral⁶⁵. Essa estratégia de organizar de forma geral os compromissos que os Estados assumirão e determinarão unilateralmente consegue atender ao problema da grande variedade de interesses entre as Partes, que são entre si heterogêneas⁶⁶.

No momento da ratificação ou adesão, cada país deve comunicar suas NDC⁶⁷. Posteriormente, deve realizar a comunicação a cada cinco anos, sendo que a

⁶¹ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 418.

⁶² Ibidem, p. 420.

⁶³ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 1.

⁶⁴ RODRIGO, Ángel J, op. cit., p. 426.

⁶⁵ Ibidem, p. 420.

⁶⁶ Ibidem, p. 423.

⁶⁷ O Brasil, em 2015, comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025. Além disso, comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Disponível em:

contribuição estipulada deve sempre significar uma progressão em comparação com as anteriores, além de concretizar a maior ambição possível, nos termos do Artigo 4 do Acordo. Ou seja, a comunicação da NDC é feita de modo regular e progressivo⁶⁸.

Isso revela uma lógica ambiciosa no Acordo de Paris, pois ele não aponta para o princípio de proibição de retrocesso, mas sim ao princípio da progressão, que é ainda mais exigente⁶⁹. E a determinação de revisões periódicas nas NDC, a cada 5 anos, acaba criando uma espécie de pressão e de força moral aos países⁷⁰.

Ainda, o tipo de obrigação que propõe o Acordo aos países também é essencialmente diferente daquele proposto pelo Protocolo de Quioto. Enquanto este previa uma obrigação de resultado, em que as nações deveriam alcançar um nível pré-determinado de redução das emissões, o Acordo de Paris estabelece uma obrigação de comportamento (estabelecer e implementar as Contribuições Nacionalmente Determinadas), nada exigindo quanto ao resultado das ações⁷¹.

Nesse sistema, verifica-se que, apesar da comunicação das contribuições ser vinculante, o seu teor não o é e, por isso, o Acordo não representa uma ameaça à soberania nacional e econômica de cada Parte - que em realidade já é massivamente ditada por multinacionais⁷².

4. CRÍTICAS A PARTIR DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (TWAIL)

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

⁶⁸ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 421.

⁶⁹ PETIT, Yves. Rapport introductif: La lutte contre le réchauffement climatique après l'Accord de Paris: quelles perspectives?. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19645>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 8.

⁷⁰ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 15.

⁷¹ RODRIGO, Ángel J, op. cit., p. 421.

⁷² LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 10.

Diante de todo o histórico de proteção ambiental exposto, diversas críticas podem ser tecidas aos instrumentos internacionais adotados, inclusive ao Acordo de Paris. O presente estudo adotou a ótica das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional (TWAIL⁷³) para tanto.

As TWAIL podem ser definidas de variados modos⁷⁴ como, por exemplo, um movimento político, uma comunidade intelectual ou, então, como uma escola de pensamento que oferece tanto teorias quanto metodologias para analisar o Direito Internacional⁷⁵.

Esta escola é diretamente influenciada pelos estudos pós-coloniais, uma vez que parte da premissa de que o colonialismo europeu é um fato histórico que produziu e permanece produzindo diversos efeitos, inclusive no âmbito internacional. Assim, um discurso terceiro-mundista é aquele que perfaz uma abordagem ao mesmo tempo histórica e crítica⁷⁶, sendo o “terceiro mundo” considerado o grupo heterogêneo de Estados que assim se identificam por possuírem uma experiência histórica comum de subordinação colonial⁷⁷.

A origem das TWAIL pode ser associada a dois momentos distintos. Em primeiro lugar, nas décadas de 1950 e 1960, já havia internacionalistas que, vivenciando o movimento de descolonização, promoveram uma leitura crítica da maneira pela qual o Direito Internacional era utilizado para perpetrar interesses hegemônicos. Posteriormente, em 1997, estudiosos se reuniram na Faculdade de Direito da Universidade de Harvard para retomar esta leitura terceiro-mundista, mas com ênfase no papel da colonização na própria construção do Direito Internacional⁷⁸.

⁷³ Em inglês: Third World Approaches to International Law.

⁷⁴ RAMINA, Larissa. TWAIL – “Third World Approaches to International Law” and human rights: some considerations. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 261-272, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/54595/35012>>. Acesso em: 06 dez. 2020, p. 262.

⁷⁵ OKAFOR, Obiora Chinedu. Critical Third World Approaches to International Law (TWAIL): Theory, Methodology or Both? *International Community Law Review*, Leiden, p. 371-378, 2008.

⁷⁶ GALINDO, George Rodrigo Bandeira. A volta do Terceiro Mundo ao Direito Internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Belo Horizonte, v. 1, n. 119-124, p. 46-68, 2013, *passim*.

⁷⁷ HIPPOLYTE, Antonius R. Negative Environmental Sovereignty in the Third Word: a TWAIL analysis of ICSID’s disregard for environmental justice in the south. *SSRN Electronic Journal*, Nova York, 2012, p. 9.

⁷⁸ GALINDO, George Rodrigo Bandeira, *loc. cit.*

Este evento pode ser considerado como a primeira conferência acadêmica no âmbito das TWAIL⁷⁹.

Essa análise proposta pelas TWAIL é estendida também ao Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA). Autores terceiro-mundistas acreditam que as normas no âmbito do DIMA possuem características não emancipatórias que perpetuam a relação de dependência das ex-colônias.

Em primeiro lugar, recorda-se que as preocupações com o meio ambiente já estavam presentes no período colonial e foram utilizadas para fortalecer uma suposta legitimidade por parte de países europeus em regular os recursos naturais de outros territórios, por exemplo, invocando a necessidade de conter o desflorestamento das colônias⁸⁰. Assim, durante séculos os países colonizadores se apoderaram dos recursos naturais de outros territórios para satisfazer sua acumulação de riqueza⁸¹.

Diante disso, é possível afirmar que o Terceiro Mundo nunca teve verdadeiramente soberania sobre seus recursos naturais. Até os dias atuais, a manutenção de sua posição marginalizada no sistema econômico global e a dependência de investimentos estrangeiros faz com que os investidores sejam providos de uma grande capacidade de influenciar a regulação dos países sobre suas próprias riquezas⁸².

Ocorre que, quando a crise climática começou a ser percebida com mais intensidade, o mundo desenvolvido criou um discurso de que uma ação a nível global era necessária para conter os seus efeitos. Porém, tais países desenvolvidos não iriam colocar em risco seu próprio desenvolvimento para atuar na mitigação da mudança climática - isso iria ocorrer ao custo do desenvolvimento de países que já vinham sendo explorados.

⁷⁹ RAMINA, Larissa. TWAIL – “Third World Approaches to International Law” and human rights: some considerations. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 261-272, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/54595/35012>>. Acesso em: 06 dez. 2020, p. 262.

⁸⁰ DE CASTRO, Douglas. The Colonial Aspects of the International Environmental Law – Treaties as Promoters of Continuous Structural Violence. *Groningen Journal of International Law*, Groninga, v. 5(2), p. 168-190, out. 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3051164>>. Acesso em: 07 dez. 2020, p. 168.

⁸¹ NATARAJAN, Usha; DEHM, Julia. Where is the Environment? Locating Nature in International Law. *Third World Approaches to International Law Review - Reflections* 3/2019, p. 1-8, 2019, p. 3.

⁸² HIPPOLYTE, Antonius R. Negative Environmental Sovereignty in the Third Word: a TWAIL analysis of ICSID’s disregard for environmental justice in the south. *SSRN Electronic Journal*, Nova York, 2012, p. 22.

Isto é, o discurso tradicional de proteção ambiental tenta socializar mundialmente a responsabilidade por problemas criados pelo modelo econômico dominante, e um exemplo disso é a questão da crise na produção de alimentos. Os países desenvolvidos sempre recorrem a ideia de que as mudanças climáticas causam um impacto na produção de alimentos em todos os territórios; entretanto, não fazem menção ao fato de que são as monoculturas de exportação que causam grande impacto em ecossistemas locais. Nesta situação, a alternativa verdadeiramente sustentável para a segurança alimentar seria a agricultura familiar, que evidentemente nunca é sugerida pelas instituições internacionais⁸³.

Entretanto, a partir das TWAIL, não se nega que as mudanças climáticas sejam um desafio a nível internacional, mas se ressalta a ideia de que elas atingem de forma mais crítica populações que já se encontram em um nível de pobreza e que, contudo, foram os menos responsáveis pelo agravamento da questão climática. Assim, essa seria uma questão de justiça climática⁸⁴.

Para além destas questões, há uma celeuma que diz respeito ao embate entre o direito a um desenvolvimento por parte do Terceiro Mundo e, por outro lado, a questão da ecologia e da inviabilidade de todas as nações empreenderem projetos desenvolvimentistas aos moldes europeus⁸⁵.

Quanto à primeira ideia, a busca por melhores condições humanas em países marginalizados é, efetivamente, uma necessidade. Todavia, foi propagado o discurso de que a única maneira de sobreviver no mundo pós-moderno seria a partir da busca pelo progresso. E foi a partir da disseminação da ideia de que é possível ainda manter um padrão de desenvolvimento, desde que seja sustentável, que o Terceiro Mundo aceitou ser parte do discurso ambiental, passando de potencial questionador da frenética exploração de recursos naturais para participante neste processo. Inclusive, o desenvolvimento passou a ser uma questão tão central em países marginalizados que estes passaram a se submeter a práticas intervencionistas como se fossem a

⁸³ DE CASTRO, Douglas. The Colonial Aspects of the International Environmental Law – Treaties as Promoters of Continuous Structural Violence. *Groningen Journal of International Law*, Groninga, v. 5(2), p. 168-190, out. 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3051164>>. Acesso em: 07 dez. 2020, p. 180.

⁸⁴ Ibidem, p. 184.

⁸⁵ NATARAJAN, Usha. TWAIL and the Environment: The State of Nature, the Nature of the State, and the Arab Spring. *Oregon Review of International Law*, Eugene, v. 14, n. 1, p. 177-201, 2012, p. 187.

única porta para alcançar o progresso. Ao final desta história, isso possibilita um super desenvolvimento dos países que já são desenvolvidos⁸⁶.

Evidentemente, de forma alguma isso significa que os países do Terceiro Mundo não estejam preocupados com a proteção ambiental. Já houve um grande progresso nestes países no que tange a sustentabilidade, principalmente advindo de culturas alternativas⁸⁷. Porém, tendo em vista que os efeitos da mudança climática não podem ser isolados em apenas uma parte do mundo, alguns autores da TWAIL acreditam que a questão ambiental poderia ser ter sido melhor utilizada pelos países do Terceiro-Mundo para demandar um rearranjo global⁸⁸, o que se aplica completamente ao Acordo de Paris.

4.1 O ACORDO DE PARIS A PARTIR DAS ABORDAGENS DO TERCEIRO MUNDO AO DIREITO INTERNACIONAL (*TWAIL*)

A maior parte da doutrina acredita que o Acordo foi um triunfo, um êxito diplomático⁸⁹ uma vez que conseguiu manejar as diferentes realidades das Partes e, inclusive, seus interesses contrapostos. Com isso, o tratado teria ido além do que se podia esperar à época⁹⁰. Por outro lado, alguns acreditam que um concreto engajamento dos países desenvolvidos deveria ter sido exigido⁹¹ e que a falta de

⁸⁶ DE CASTRO, Douglas. The Colonial Aspects of the International Environmental Law – Treaties as Promoters of Continuous Structural Violence. *Groningen Journal of International Law*, Groninga, v. 5(2), p. 168-190, out. 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3051164>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

⁸⁷ NATARAJAN, Usha. TWAIL and the Environment: The State of Nature, the Nature of the State, and the Arab Spring. *Oregon Review of International Law*, Eugene, v. 14, n. 1, p. 177-201, 2012, p. 189.

⁸⁸ MICKELSON, Karin. Rhetoric and Rage: Third World Voices in International Legal Discourse. *Wisconsin International Law Journal*, v. 16, n. 2, p. 353-419, 1998. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1856767>>. Acesso em: 08 dez. 2020, p. 388.

⁸⁹ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. *Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales*, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 19.

⁹⁰ RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. *Universitat Pompeu Fabra*, Barcelona, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 429.

⁹¹ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. *Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne]*, Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 15.

obrigatoriedade das normas do Acordo evidencia que não se trata de um documento excepcional ao que já vinha sendo adotado⁹².

Pois bem. Estudos científicos já demonstram que estamos acima do nível seguro de concentração atmosférica de dióxido de carbono⁹³. Além disso, apontam que o atual cenário nos leva a concluir que manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C será extremamente difícil, inclusive porque as projeções indicam que o aumento alcançará a casa dos 3,5°C⁹⁴.

Diante disso, na ocasião da COP-21, já era mais do que necessário que os países efetivamente adotassem um tratado que fosse capaz de estipular uma ação coordenada a nível global. Ocorre que, do ponto de vista do terceiro-mundo, diversos pontos foram falhos no Acordo de Paris.

Em primeiro lugar, a noção de justiça climática é enfraquecida pelas próprias disposições do Acordo, uma vez que nelas determinou-se a vedação do reconhecimento de atribuição de responsabilidade aos países desenvolvidos nas mudanças climáticas. Ou seja, essa noção não é aplicada na lógica do princípio das Responsabilidade Comuns mas Diferenciadas, servindo apenas para reconhecer de forma genérica a necessidade de ações para proteger a integridade dos ecossistemas⁹⁵.

Em segundo lugar, a forma pela qual o texto do Acordo dispõe sobre a necessidade de os países desenvolvidos aportarem recursos financeiros para auxiliar países em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas é vaga⁹⁶. O Acordo não especifica quem tem o dever de aportar recursos ao fundo de mitigação das emissões e apoio ao desenvolvimento. Inclusive, determina que o mecanismo de perdas e danos não pode servir de fundamento para a exigência de nenhuma

⁹² ESCUDERO, César Nava. El Acuerdo de París: Predominio del Soft Law en el Régimen Climático. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Cidade do México, n. 147, p. 99-135, set./dez. 2016, p. 101.

⁹³ GELLES, Jan-David. Notas críticas respecto del acuerdo de París sobre el cambio climático. Revista de Ciencia Política y Gobierno, Lima, p. 143-155, 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/cienciapolitica/article/view/15692/16128>>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 150.

⁹⁴ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 13.

⁹⁵ PETIT, Yves. Rapport introductif: La lutte contre le réchauffement climatique après l'Accord de Paris: quelles perspectives?. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19645>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 7.

⁹⁶ Ibidem, p. 13.

indenização. Desta forma, os responsáveis históricos pelas altas concentrações de GEE na atualidade estão financeiramente isentos do dever de reparação⁹⁷.

Em terceiro lugar, o Acordo de Paris não prevê mais os Mecanismos de Flexibilização implementados pelo Protocolo de Quioto. A única previsão que se aproxima dessa ideia é a de que os países possam transferir internacionalmente seus resultados de mitigação para que sejam contabilizados em NDC de outro país (Artigo 6). Ocorre que esta possibilidade no Protocolo de Quioto era apenas um complemento das ações a serem empreendidas internamente a cada país, enquanto no Acordo de Paris não há a exigência de prévias medidas internas⁹⁸. Ou seja, os Estados podem terceirizar completamente seus esforços de redução das emissões onde isso lhes custar o menor preço possível, ou seja, em territórios de países ainda em desenvolvimento, seguindo a lógica colonial⁹⁹.

Em quarto lugar, de acordo com as disposições do Acordo (Artigo 15), o mecanismo de acompanhamento de seu cumprimento funciona de maneira não contenciosa e não punitiva. Ou seja, o Acordo não prevê sanções de ordem jurídica em caso de não cumprimento das contribuições determinadas, apenas considera-se uma provável sanção de ordem política¹⁰⁰.

Em quinto lugar, o Acordo não fixa uma taxa sobre as emissões de dióxido de carbono como penalização às indústrias de combustíveis fósseis. Essa taxa poderia ser utilizada para aportar recursos financeiros em projetos de mitigação dos efeitos do aquecimento global, e seria reflexo do princípio Poluidor-Pagador¹⁰¹. Também serviria para incentivar atividades sustentáveis e desestimular aquelas que não o sejam¹⁰². Inclusive porque o desencadeamento das mudanças climáticas guarda íntima relação com o sistema econômico globalmente adotado, no qual as grandes corporações se

⁹⁷ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 17.

⁹⁸ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 12.

⁹⁹ Ibidem, p. 12.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 15.

¹⁰¹ GELLES, Jan-David. Notas críticas respecto del acuerdo de París sobre el cambio climático. Revista de Ciencia Política y Gobierno, Lima, p. 143-155, 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/cienciapolitica/article/view/15692/16128>>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 149.

¹⁰² LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro, op. cit., p. 17.

utilizam da exteriorização de custos para fugir à responsabilidade de arcar com os prejuízos advindos de suas atividades¹⁰³.

Assim, o sistema econômico atua sobre o sistema político para pressionar uma resistência contra a luta pela sustentabilidade. Desta forma, esta luta também é uma disputa política¹⁰⁴ e o sucesso do mecanismo de Contribuições Nacionalmente Determinadas dependerá da coragem política de cada governo¹⁰⁵.

O Acordo de Paris deveria ter sido o momento para impor de forma coordenada e a nível global obrigações às empresas, pois se isso for de forma unilateral por cada país, este adquire uma desvantagem comercial frente aos outros¹⁰⁶ - sendo este um dos desestímulos atuais à liderança de países no combate às mudanças climáticas.

Enquanto combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo mantiveram baixos preços, o mercado não demandará sua substituição por uma fonte energética considerada sustentável. Ou seja, o caminho para um “sistema energético descarbonizado”¹⁰⁷ vai estar acompanhado com tentadores preços dos combustíveis fósseis.

A luta contra o aquecimento global só será efetiva quando envolver verdadeiros esforços de todos os setores e de todos os países emissores de GEE, pois se for empreendida apenas por uma parcela destes, há o risco de haver a fuga das emissões, ou seja, as atividades poluidoras meramente se deslocam para lugares onde não haja uma regulamentação que as restrinja¹⁰⁸.

¹⁰³ GELLES, Jan-David. Jan-David. Notas críticas respecto del acuerdo de París sobre el cambio climático. *Revista de Ciencia Política y Gobierno*, Lima, p. 143-155, 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/cienciapolitica/article/view/15692/16128>>. Acesso em: 13 out. 2020, p. 153.

¹⁰⁴ GELLES, Jan-David, loc. cit.

¹⁰⁵ LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. *Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement* [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020, p. 10.

¹⁰⁶ GELLES, Jan-David, op. cit., p. 150.

¹⁰⁷ LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. *Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales*, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016, p. 16.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 13.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, verificou-se que a questão ambiental passou a ocupar o centro de debates na comunidade internacional nas últimas décadas, sendo o seu ponto de partida a Conferência de Estocolmo, em 1972, na qual reconheceu-se o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental.

Posteriormente, em 1992, a Cúpula da Terra foi o momento da elaboração de documentos fundamentais como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Para acompanhar a implementação da Convenção-Quadro, todos os anos desde 1995, os países se reúnem na Conferência das Partes (COP). Na ocasião da COP-3, foi aprovado o Protocolo de Quioto, estabelecendo compromissos quantificados de redução de emissões aos países desenvolvidos.

Em 2015, reunidos na COP-21, os países aprovaram o Acordo de Paris, reconhecendo a necessidade de empregar esforços para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Entretanto, considerando a perspectiva de teorias pós-coloniais, a partir das Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional é possível realizar uma crítica ao modo como o Direito Internacional do Meio Ambiente auxiliou na subordinação do Terceiro Mundo e perpetuou uma lógica de dominação.

Partindo de uma ótica terceiro-mundista, pode-se dizer que o Acordo apresenta uma noção falha de justiça climática e uma vaga determinação do dever de aporte de recursos financeiros por parte dos países desenvolvidos. Ainda, além de permitir que os países terceirizem completamente seus esforços de redução das emissões, também implementa um mecanismo não punitivo de acompanhamento de seu cumprimento e é omissa em fixar uma taxa sobre as emissões de dióxido de carbono como penalização às indústrias de combustíveis fósseis.

Sendo assim, diante da urgência em adotar uma ação coordenada em matéria ambiental a nível global, conclui-se que o Acordo de Paris poderia ter ido além e ter reconhecido os países desenvolvidos como os responsáveis históricos pelo aceleração das mudanças climáticas. Ademais, as Partes poderiam ter acordado sobre a necessidade de impor taxas às indústrias de combustíveis fósseis e sobre a imprescindibilidade de estabelecer mecanismos coercitivos de acompanhamento do cumprimento do tratado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTYNCZIK, Paula Sartorato Pedrotti. Comercialização Internacional de Créditos de Carbono - Regulamentos e Problemáticas. 47 f. Trabalho de Pós-Graduação - Curso de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, p. 18.

BALDUINO, Maria Clara de Jesus Maniçoba. O Acordo de Paris e a Mudança Paradigmática de Aplicação do Princípio da Responsabilidade Comum, porém Diferenciada. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, Natal, v. 13, n.1, jan./jul. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Protocolo de Quioto e legislação correlata. Coleção ambiental, Brasília, v. 3, 88 p., 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70328/693406.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW et al. Delivering on the Paris Promises: Combating Climate Change while Protecting Rights; Recommendations for the Negotiations of the Paris Rule Book. Bona, maio 2017. Disponível em: <<https://www.deliveringonparis.com/wp-content/uploads/2017/06/Delivering-On-Paris-Web.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

DE CASTRO, Douglas. The Colonial Aspects of the International Environmental Law – Treaties as Promoters of Continuous Structural Violence. Groningen Journal of International Law, Groninga, v. 5(2), p. 168-190, out. 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3051164>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

DURANTE, Janaína Z. M. O debate e a aplicação da Convenção-Quadro da ONU na questão da “mudança climática global”. 29 f. Trabalho de Graduação - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2015.

ESCUDERO, César Nava. El Acuerdo de París: Predominio del Soft Law en el Régimen Climático. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Cidade do México, n. 147, p. 99-135, set./dez. 2016.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. A volta do Terceiro Mundo ao Direito Internacional. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Belo Horizonte, v. 1, n. 119-124, p. 46-68, 2013.

GARÍN, Andrea Lucas. Principios del derecho ambiental en el Acuerdo de París sobre Cambio Climático. *Revista Derecho del Estado*, Bogotá, n. 44, p. 195-226, set./dez. 2019.

GELLES, Jan-David. Notas críticas respecto del acuerdo de París sobre el cambio climático. *Revista de Ciencia Política y Gobierno*, Lima, p. 143-155, 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/cienciapolitica/article/view/15692/16128>>. Acesso em: 13 out. 2020.

GONZÁLEZ, Trinidad de los Reyes. El Marco Internacional de Lucha contra el Cambio Climático: el Acuerdo de París. 42 f. Trabalho de Graduação - Curso de Direito, Universidade de Cádiz, Algeciras, 2017.

HASSAN, Parvez. Role of the South in the Development of International Environmental Law. *Chinese Journal of Environmental Law* 1, Leida, v. 1, p. 133-157, 2017.

HIPPOLYTE, Antonius R. Negative Environmental Sovereignty in the Third World: a TWAIL analysis of ICSID's disregard for environmental justice in the south. *SSRN Electronic Journal*, Nova York, 2012.

HOPPE, Letícia. *et al.* Desenvolvimento sustentável e o Protocolo de Quioto: uma abordagem histórica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 107-136, jun. 2011.

JAKES, Marcelo Dias. A Tutela Internacional do Meio Ambiente: Um Contexto Histórico. *Veredas do Direito*, v. 11, n. 22, p. 299-316, jul./dez. 2014, HeinOnline.

KÄSSMAYER, K.; FRAXE NETO, H. J. A Entrada em Vigor do Acordo de Paris: o que muda para o Brasil? Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Brasília, nov. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td215/view>>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

LABANDEIRA, Xavier; LINARES, Pedro. El acuerdo de París sobre Cambio Climático. *Revista cuatrimestral de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales*, Madrid, n. 97, p. 11-19, jan./abr. 2016.

LAVALLÉE, Sophie. Quelques réflexions sur l'Accord de Paris et la souveraineté économique des États. *VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement* [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19408>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MARCATTO, Thammy Ivantes; LIMA, Larissa Aparecida. Sociedade Contemporânea e o Protocolo de Quioto: o Mundo em prol do Meio Ambiente. *Connexio Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios da Universidade Potiguar*, Natal, ano II, n. 2, p. 41-63, fev./jul. 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente. *Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, Jacarezinho*, n. 9, p. 159-186, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/117/117>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MICKELSON, Karin. Rhetoric and Rage: Third World Voices in International Legal Discourse. *Wisconsin International Law Journal*, v. 16, n. 2, p. 353-419, 1998. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1856767>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

NATARAJAN, Usha. TWAIL and the Environment: The State of Nature, the Nature of the State, and the Arab Spring. *Oregon Review of International Law, Eugene*, v. 14, n. 1, p. 177-201, 2012.

NATARAJAN, Usha; DEHM, Julia. Where is the Environment? Locating Nature in International Law. *Third World Approaches to International Law Review - Reflections* 3/2019, p. 1-8, 2019.

OKAFOR, Obiora Chinedu. Critical Third World Approaches to International Law (TWAIL): Theory, Methodology or Both? *International Community Law Review, Leiden*, p. 371-378, 2008.

PALLEMAERTS, Marc. International Environmental Law from Stockholm to Rio: Back to the Future? *Review of European, Comparative & International Environmental Law, Londres*, v.1, n. 3, p. 254-266, 1992. HeinOnline.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. *Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba*, v. 6, p. 1-25, 2009. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18/17>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PETIT, Yves. Rapport introductif: La lutte contre le réchauffement climatique après l'Accord de Paris: quelles perspectives? *VertigO - la revue électronique en sciences*

de l'environnement [En ligne], Montréal, v. 18, n. 1, maio 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/19645>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RAMINA, Larissa. TWAIL – “Third World Approaches to International Law” and human rights: some considerations. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 261-272, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/54595/35012>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

RODRIGO, Ángel J. El acuerdo de París sobre el cambio climático: Entre la importancia simbólica y la debilidad sustantiva. *Universitat Pompeu Fabra, Barcelona*, p. 409-431, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325178812_El_acuerdo_de_Paris_sobre_el_cambio_climatico_Entre_la_importancia_simbolica_y_la_debilidad_sustantiva>. Acesso em: 13 out. 2020.

SANDS, Philippe. The Greening of International Law: Emerging Principles and Rules. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, Bloomington, v. 1, n. 2, p. 293-324, 1994. HeinOnline.

VIETNÃ. Ministry of Natural Resources and Environment. *International Environmental Law: Multilateral Environmental Agreements*. Hanoi, p. 1-96, maio 2017.